

Daniel Castro Gomes da Costa

Prefácio

Tarcísio Vieira de Carvalho Neto

Apresentação

Reynaldo Soares da Fonseca

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

2ª Edição revista, ampliada e atualizada

CONFORME:

- Emenda Constitucional nº 97 de 2017
- Emenda Constitucional nº 107 de 2020
- Resoluções TSE – Eleições 2020

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

© 2018 Editora Fórum Ltda.
2020 2ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	
Flávio Henrique Unes Pereira	

FORUM

CONHECIMENTO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

1184315

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

C887c	Costa, Daniel Castro Gomes da Curso de Direito Processual Eleitoral / Daniel Castro Gomes da Costa. 2ª edição. Belo Horizonte : Fórum, 2020. 881p. ; 17cm x 24cm. ISBN: 978-65-5518-067-1 1. Direito. 2. Direito Eleitoral. 3. Direito processual. 4. Ações Eleitorais. 5. Recursos Eleitorais. I. Título. CDD: 324.64 CDU: 342.8
-------	--

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COSTA, Daniel Castro Gomes da. *Curso de Direito Processual Eleitoral*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 881p. ISBN 978-65-5518-067-1.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Tarcísio Vieira de Carvalho Neto	19
APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Reynaldo Soares da Fonseca	23
CAPÍTULO 1	
TEORIA GERAL DO DIREITO ELEITORAL.....	27
1.1 Direitos Políticos.....	27
1.2 Direito Eleitoral.....	29
1.2.1 Conceitos, Fundamentos e Importância.....	29
1.2.2 Fontes do Direito Eleitoral.....	31
1.2.2.1 Fontes Materiais.....	32
1.2.2.2 Fontes Formais.....	33
1.3 Modelos de Organização Eleitoral.....	35
1.4 Direito Processual Eleitoral.....	40
CAPÍTULO 2	
PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO ELEITORAL.....	43
2.1 Conceito.....	43
2.2 Princípio Democrático.....	46
2.3 Princípio da Representatividade.....	51
2.4 Estado Democrático de Direito.....	56
2.5 Princípio da Soberania Popular.....	63
2.6 Princípio Republicano.....	67
2.7 Princípio Federativo.....	71
2.8 Sufrágio Universal.....	73
2.9 Princípio da Legitimidade.....	84
2.10 Princípio da Moralidade.....	87
2.11 Princípio da Probidade.....	93
2.12 Princípios Processuais aplicáveis ao Direito Eleitoral.....	97
2.12.1 Princípio do Devido Processo Legal.....	97
2.12.2 Princípio do Contraditório.....	102

2.12.3	Princípio da Ampla Defesa.....	104
2.12.4	Princípio da Igualdade.....	107
2.12.5	Princípio do Juiz Natural.....	116
2.12.6	Princípio da Vedação à Prova Ilícita	120
2.12.7	Princípio da Duração Razoável do Processo	129
2.12.8	Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	135
2.12.9	Preclusão Instantânea	139
2.12.10	Irrecorribilidade das decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	145

CAPÍTULO 3

SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO.....		149
3.1	Sistema Eleitoral Majoritário.....	150
3.2	Sistema Eleitoral Proporcional.....	150
3.3	Sistema Eleitoral - Eleições 2020.....	153

CAPÍTULO 4

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....		157
4.1	Competência Legislativa.....	157
4.2	Constituição Federal.....	157
4.3	Código Eleitoral	160
4.4	Lei das Eleições - Lei n. 9.504, de 1997.....	162
4.5	Lei dos Partidos Políticos - Lei n. 9.096, de 1995.....	163
4.6	Lei das Inelegibilidades - Lei Complementar n. 64, de 1990.....	165

CAPÍTULO 5

ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL.....		167
5.1	Juntas Eleitorais	167
5.2	Juízes Eleitorais.....	169
5.3	Tribunais Regionais Eleitorais	170
5.3.1	Composição.....	170
5.3.2	Competência.....	172
5.3.2.1	Competência Jurisdicional	173
5.3.2.2	Competência Administrativa.....	174
5.4	Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	176
5.4.1	Composição	176
5.4.2	Competência.....	178
5.4.2.1	Competência Jurisdicional	179
5.4.2.1.1	Competência Administrativa.....	180
5.4.2.1.2	Competência Normativa.....	181
5.5	Organograma da Justiça Eleitoral brasileira.....	185
5.6	Ministério Público Eleitoral.....	186

5.6.1	Noções introdutórias.....	186
5.6.2	Procurador-Geral Eleitoral.....	191
5.6.3	Procuradores Regionais Eleitorais.....	192
5.6.4	Promotores Eleitorais.....	193

CAPÍTULO 6

AÇÕES ELEITORAIS.....	195	
6.1	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE).....	198
6.1.1	Conceito.....	198
6.1.2	Fundamentação Legal.....	203
6.1.3	Natureza Jurídica.....	203
6.1.4	Legitimidade.....	206
6.1.5	Prazo.....	213
6.1.6	Competência.....	219
6.1.7	Rito Processual.....	219
6.1.8	Efeitos.....	221
6.1.9	Recursos.....	223
6.1.10	Resumindo.....	224
6.2	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME).....	225
6.2.1	Conceito.....	225
6.2.2	Fundamentação Legal.....	227
6.2.3	Natureza Jurídica.....	228
6.2.4	Legitimidade.....	228
6.2.5	Prazo.....	236
6.2.6	Competência.....	240
6.2.7	Rito Processual.....	240
6.2.8	Efeitos.....	245
6.2.9	Recursos.....	246
6.2.10	Resumindo.....	247
6.3	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	248
6.3.1	Conceito.....	248
6.3.2	Fundamentação Legal.....	248
6.3.3	Natureza Jurídica.....	253
6.3.4	Legitimidade.....	253
6.3.5	Prazo.....	260
6.3.6	Competência.....	263
6.3.7	Rito Processual.....	263
6.3.8	Efeitos.....	264
6.3.9	Recursos.....	264
6.3.10	Peculiaridades da AIRC.....	264
6.3.11	Resumindo.....	278
6.4	Ação de Impugnação da Diplomação (AIDI).....	279

6.4.1	Conceito	279
6.4.2	Fundamentação Legal.....	284
6.4.3	Natureza Jurídica.....	284
6.4.4	Legitimidade	284
6.4.5	Prazo.....	289
6.4.6	Competência.....	290
6.4.7	Rito Processual.....	292
6.4.8	Efeitos.....	296
6.4.9	Recursos	296
6.4.10	Resumindo.....	297
6.5	Ação de Representação por Propaganda Irregular (ARPI)	298
6.5.1	Conceito	298
6.5.2	Fundamentação Legal.....	306
6.5.3	Natureza Jurídica.....	307
6.5.4	Legitimidade	307
6.5.5	Prazo.....	309
6.5.6	Competência.....	311
6.5.7	Rito Processual.....	311
6.5.8	Efeitos	313
6.5.9	Recursos	315
6.5.10	Resumindo.....	317
6.6	Ação de Representação por Arrecadação e Gastos Ilícitos (ARAGI)	317
6.6.1	Conceito	317
6.6.2	Fundamentação Legal.....	318
6.6.3	Natureza Jurídica.....	318
6.6.4	Legitimidade	319
6.6.5	Prazo.....	322
6.6.6	Competência.....	324
6.6.7	Rito Processual.....	324
6.6.8	Efeitos.....	327
6.6.9	Recursos	331
6.6.10	Resumindo.....	331
6.7	Ação de Representação por Captação Ilícita de Sufrágio (ARCIS)	332
6.7.1	Conceito	332
6.7.2	Fundamentação Legal.....	332
6.7.3	Natureza Jurídica.....	341
6.7.4	Legitimidade	342
6.7.5	Prazo.....	345
6.7.6	Competência.....	348
6.7.7	Rito Processual.....	349
6.7.8	Efeitos	351
6.7.9	Recursos	353

6.7.10	Resumindo	353
6.8	Ação de Representação das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais (ARCV)	354
6.8.1	Conceito	354
6.8.2	Fundamentação Legal	356
6.8.3	Natureza Jurídica	379
6.8.4	Legitimidade	379
6.8.5	Prazo	382
6.8.6	Competência	383
6.8.7	Rito Processual	383
6.8.8	Efeitos	384
6.8.9	Recursos	390
6.8.10	Resumindo	390
6.9	Ação Rescisória Eleitoral (ARE)	391
6.9.1	Conceito	391
6.9.2	Fundamentação Legal	392
6.9.3	Natureza Jurídica	397
6.9.4	Legitimidade	400
6.9.5	Prazo	402
6.9.6	Competência	403
6.9.7	Rito Processual	404
6.9.8	Efeitos	406
6.9.9	Recursos	407
6.9.10	Resumindo	407
6.10	Ação de Representação por Doação Acima do Limite Legal (ARDALL)	407
6.10.1	Conceito	407
6.10.2	Fundamentação Legal	408
6.10.3	Natureza Jurídica	409
6.10.4	Legitimidade	409
6.10.5	Prazos	410
6.10.6	Competência	414
6.10.7	Rito Processual	416
6.10.8	Efeitos	417
6.10.9	Recursos	425
6.10.10	Resumindo	426
6.11	Ação de Representação por Divulgação de Pesquisa Eleitoral Irregular (ARPEI)	426
6.11.1	Conceito	426
6.11.2	Fundamentação Legal	435
6.11.3	Natureza Jurídica	436
6.11.4	Legitimidade	436
6.11.5	Prazos	438
6.11.6	Competência	439

6.11.7	Rito Processual.....	439
6.11.8	Efeitos.....	440
6.11.9	Recursos.....	440
6.11.10	Resumindo.....	442
6.12	Ação de Reclamação de Direito de Resposta (ARDP).....	442
6.12.1	Conceito.....	442
6.12.2	Fundamentação Legal.....	445
6.12.3	Natureza Jurídica.....	446
6.12.4	Legitimidade.....	446
6.12.5	Prazos.....	450
6.12.6	Competência.....	452
6.12.7	Rito Processual.....	453
6.12.8	Efeitos.....	455
6.12.9	Recursos.....	456
6.12.10	Resumindo.....	457
6.13	Consulta.....	457
6.13.1	Conceito.....	457
6.13.2	Fundamentação Legal.....	460
6.13.3	Natureza Jurídica.....	460
6.13.4	Legitimidade.....	461
6.13.5	Prazo.....	468
6.13.6	Competência.....	471
6.13.7	Rito Processual.....	472
6.13.8	Efeitos e Recursos.....	477
6.13.9	Resumindo.....	477
6.14	Prestação de Contas de Campanha Eleitoral.....	477
6.14.1	Conceito.....	477
6.14.2	Fundamentação Legal.....	483
6.14.3	Natureza Jurídica.....	484
6.14.4	Legitimidade.....	486
6.14.5	Prazo.....	491
6.14.6	Competência.....	497
6.14.7	Rito Processual.....	498
6.14.8	Efeitos.....	517
6.14.9	Recursos.....	519
6.14.10	Resumindo.....	521

CAPÍTULO 7

AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	523
7.1 <i>Habeas Data</i>	523
7.1.1 Conceito.....	523
7.1.2 Fundamentação Legal.....	524

7.1.3	Natureza Jurídica.....	525
7.1.4	Legitimidade	525
7.1.5	Prazo.....	525
7.1.6	Competência.....	526
7.1.7	Rito Processual	526
7.1.8	Efeitos	528
7.1.9	Recursos	528
7.1.10	Resumindo.....	529
7.2	Mandado de Injunção	530
7.2.1	Conceito	530
7.2.2	Fundamentação Legal	530
7.2.3	Natureza Jurídica.....	531
7.2.4	Prazo.....	531
7.2.5	Competência.....	531
7.2.6	Legitimidade	532
7.2.7	Rito Processual	532
7.2.8	Efeitos.....	533
7.2.9	Recursos	534
7.2.10	Resumindo.....	535
7.3	Mandado de Segurança no Direito Eleitoral	535
7.3.1	Conceito	535
7.3.2	Fundamentação Legal.....	538
7.3.3	Natureza Jurídica.....	541
7.3.4	Legitimidade	543
7.3.5	Prazo.....	549
7.3.6	Competência.....	549
7.3.7	Rito Processual	551
7.3.8	Efeitos.....	552
7.3.9	Recursos	552
7.3.10	Resumindo.....	553

CAPÍTULO 8

RECURSOS ELEITORAIS.....	555	
8.1	Considerações Iniciais.....	555
8.2	Embargos de Declaração	556
8.2.1	Conceito	556
8.2.2	Fundamentação Legal.....	557
8.2.3	Natureza Jurídica.....	567
8.2.4	Legitimidade	568
8.2.5	Prazo	569
8.2.6	Competência.....	570
8.2.7	Rito Processual.....	570

8.2.8	Efeitos	574
8.2.9	Recursos	578
8.2.10	Resumindo.....	578
8.3	Agravo Interno.....	579
8.3.1	Conceito	579
8.3.2	Fundamentação Legal.....	579
8.3.3	Natureza Jurídica.....	581
8.3.4	Legitimidade	581
8.3.5	Prazo.....	581
8.3.6	Competência.....	583
8.3.7	Rito Processual	583
8.3.8	Efeitos	585
8.3.9	Recursos	585
8.3.10	Resumindo.....	586
8.4	Agravo de Instrumento.....	586
8.4.1	Conceito	586
8.4.2	Fundamentação Legal.....	587
8.4.3	Natureza Jurídica.....	591
8.4.4	Legitimidade	591
8.4.5	Prazo.....	592
8.4.6	Competência.....	593
8.4.7	Rito Processual	593
8.4.8	Efeitos.....	594
8.4.9	Recursos.....	594
8.4.10	Resumindo.....	594
8.5	Recurso Ordinário	595
8.5.1	Recurso Ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral.....	595
8.5.1.1	Conceito	595
8.5.1.2	Fundamentação Legal.....	596
8.5.1.3	Natureza Jurídica.....	597
8.5.1.4	Legitimidade	597
8.5.1.5	Prazo.....	598
8.5.1.6	Competência.....	599
8.5.1.7	Rito Processual	599
8.5.1.8	Efeitos.....	599
8.5.1.9	Resumindo.....	603
8.5.2	Recurso Ordinário Constitucional Eleitoral.....	603
8.5.2.1	Conceito	603
8.5.2.2	Fundamentação Legal.....	604
8.5.2.3	Natureza Jurídica.....	609
8.5.2.4	Legitimidade	609
8.5.2.5	Prazo.....	609

8.5.2.6	Competência.....	609
8.5.2.7	Rito Processual	609
8.5.2.8	Efeitos	610
8.5.2.9	Recursos	610
8.5.2.10	Resumindo.....	611
8.6	Recurso Especial	612
8.6.1	Conceito	612
8.6.2	Fundamentação Legal.....	612
8.6.3	Natureza Jurídica.....	615
8.6.4	Legitimidade	615
8.6.5	Prazo.....	617
8.6.6	Competência.....	621
8.6.7	Rito Processual	621
8.6.8	Efeitos	627
8.6.9	Recursos	629
8.6.10	Resumindo.....	629
8.7	Recurso Extraordinário.....	630
8.7.1	Conceito	630
8.7.2	Fundamentação legal	630
8.7.3	Natureza Jurídica.....	634
8.7.4	Legitimidade	635
8.7.5	Prazo.....	635
8.7.6	Competência.....	636
8.7.7	Rito Processual	636
8.7.8	Efeitos	643
8.7.9	Recursos	644
8.7.10	Resumindo.....	644
8.8	Reclamação	645
8.8.1	Conceito	645
8.8.2	Fundamentação Legal.....	646
8.8.3	Natureza Jurídica.....	647
8.8.4	Legitimidade	647
8.8.5	Prazo.....	647
8.8.6	Competência.....	648
8.8.7	Rito Processual e Peculiaridades	650
8.8.8	Resumindo.....	650
8.9	Recursos Inominados Eleitorais	650
8.9.1	Conceito	650
8.9.2	Fundamentação Legal	651
8.9.3	Natureza Jurídica.....	652
8.9.4	Legitimidade	652
8.9.5	Prazo	654

8.9.6	Competência.....	655
8.9.7	Rito Processual	656
8.9.8	Efeitos.....	658
8.9.9	Recursos	658
8.9.10	Resumindo.....	658

CAPÍTULO 9

RECURSOS CRIMINAIS ELEITORAIS		659
9.1	Considerações Iniciais	659
9.2	Recurso em Sentido Estrito	670
9.2.1	Conceito	670
9.2.2	Fundamentação Legal.....	670
9.2.3	Natureza Jurídica.....	672
9.2.4	Legitimidade	672
9.2.5	Prazo	673
9.2.6	Competência.....	673
9.2.7	Rito Processual	673
9.2.8	Efeitos	673
9.2.9	Recursos.....	674
9.2.10	Resumindo.....	674
9.3	<i>Habeas Corpus</i>	674
9.3.1	Conceito	674
9.3.2	Fundamentação Legal	674
9.3.3	Natureza Jurídica.....	680
9.3.4	Legitimidade	680
9.3.5	Prazo.....	680
9.3.6	Competência.....	680
9.3.7	Rito Processual	684
9.3.8	Efeitos	686
9.3.9	Recursos	686
9.3.10	Resumindo.....	688
9.4	Revisão Criminal Eleitoral.....	688
9.4.1	Conceito	688
9.4.2	Fundamentação Legal	688
9.4.3	Natureza Jurídica.....	691
9.4.4	Legitimidade	691
9.4.5	Prazo.....	691
9.4.6	Competência.....	691
9.4.7	Rito Processual	691
9.4.8	Efeitos.....	692
9.4.9	Resumindo.....	692

REFERÊNCIAS.....	693
------------------	-----

ANEXOS

ANEXO A – Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral	701
ANEXO B – Súmulas do Supremo Tribunal Federal em Matéria Eleitoral	705
ANEXO C – Súmulas do Superior Tribunal de Justiça em Matéria Eleitoral.....	707
ANEXO D – Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral	709
ANEXO E – Emendas Constitucionais	725
1. Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017.....	725
2. Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020.....	727
ANEXO F – Resolução nº 23.478, de 10 de maio de 2016 - Código de Processo Civil no âmbito da Justiça Eleitoral.....	729
ANEXO G – Resoluções TSE	733
1. Resolução nº 23.605, de 17 de dezembro de 2019.....	733
2. Resolução nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019.....	736
3. Resolução nº 23.608, de 18 de dezembro de 2019.....	771
4. Resolução nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019.....	785
5. Resolução nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019.....	803
6. Resolução nº 23.621, de 25 de junho de 2020	837
7. Resolução nº 23.622, de 1º de julho de 2020	838
8. Resolução nº 23.623, de 30 de junho 2020.....	839
9. Resolução nº 23.624, de 13 de agosto de 2020.....	841
10. Resolução nº 23.625, de 13 de agosto de 2020.....	849
11. Resolução nº 23.627, de 13 de agosto de 2020.....	853